

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVA PARA UMA PRÁTICA TRANSFORMADORA

ANTI-RACIST EDUCATION AND HISTORY TEACHING: PERSPECTIVES FOR A
TRANSFORMATIVE PRACTICE

EDUCACIÓN ANTIRRACISTA Y ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: PERSPECTIVAS
PARA UNA PRÁCTICA TRANSFORMADORA

Diego Melo Correa

Orientadora: Prof^a. Dr^a Cleidemara Andrade dos Santos Rodrigues

RESUMO

A pesquisa investigou a educação antirracista no ensino de História, considerando a necessidade de práticas pedagógicas que enfrentassem o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. O problema central residiu na insuficiente implementação das legislações que determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, o que limitava a construção de uma prática efetivamente transformadora. O objetivo foi analisar como o ensino de História poderia contribuir para a consolidação de uma educação antirracista, identificando estratégias pedagógicas e metodológicas que favorecessem a valorização da diversidade cultural e histórica. A relevância do estudo esteve na possibilidade de oferecer subsídios teóricos e práticos para fortalecer a formação docente e ampliar o impacto social da escola como espaço de resistência. A metodologia adotada foi bibliográfica, documental e observacional, permitindo a articulação entre referenciais teóricos, análise de documentos legais e práticas observadas em contextos escolares. Os resultados evidenciaram que a integração de conteúdos afro-brasileiros e indígenas, aliada a metodologias participativas, ampliou a consciência crítica dos estudantes e promoveu maior reconhecimento das identidades culturais. Concluiu-se que o ensino de História, orientado por uma perspectiva antirracista, constituiu-se em instrumento fundamental para a transformação das relações sociais e para a promoção da equidade.

Palavras-chave: Resistência; diversidade; currículo; identidade; equidade.

ABSTRACT

The research investigated anti-racist education in the teaching of History, considering the need for pedagogical practices that addressed structural racism

present in Brazilian society. The central problem lay in the insufficient implementation of legislation mandating the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, which limited the construction of a truly transformative practice. The objective was to analyze how History teaching could contribute to the consolidation of anti-racist education, identifying pedagogical and methodological strategies that favored the appreciation of cultural and historical diversity. The relevance of the study was in providing theoretical and practical support to strengthen teacher training and expand the social impact of schools as spaces of resistance. The methodology adopted was bibliographic, documentary, and observational, enabling the articulation of theoretical references, analysis of legal documents, and practices observed in school contexts. The results showed that the integration of Afro-Brazilian and Indigenous content, combined with participatory methodologies, expanded students' critical awareness and promoted greater recognition of cultural identities. It was concluded that History teaching, guided by an anti-racist perspective, constituted a fundamental instrument for transforming social relations and promoting equity.

Keywords: Resistance; diversity; curriculum; identity; equity.

RESUMEN

La investigación analizó la educación antirracista en la enseñanza de la Historia, considerando la necesidad de prácticas pedagógicas que enfrentaran el racismo estructural presente en la sociedad brasileña. El problema central residió en la insuficiente implementación de las legislaciones que determinan la obligatoriedad de la enseñanza de la historia y cultura afrobrasileña e indígena, lo que limitaba la construcción de una práctica verdaderamente transformadora. El objetivo fue examinar cómo la enseñanza de la Historia podía contribuir a la consolidación de una educación antirracista, identificando estrategias pedagógicas y metodológicas que favorecieran la valorización de la diversidad cultural e histórica. La relevancia del estudio estuvo en ofrecer aportes teóricos y prácticos para fortalecer la formación docente y ampliar el impacto social de la escuela como espacio de resistencia. La metodología adoptada fue bibliográfica, documental y observacional, lo que permitió articular referencias teóricas, análisis de documentos legales y prácticas observadas en contextos escolares. Los resultados evidenciaron que la integración de contenidos afrobrasileños e indígenas, junto con metodologías participativas, amplió la conciencia crítica de los estudiantes y promovió un mayor reconocimiento de las identidades culturales. Se concluyó que la enseñanza de la Historia, orientada por una perspectiva antirracista, se constituyó en un instrumento fundamental para la transformación de las relaciones sociales y la promoción de la equidad.

Palabras clave: Resistencia; diversidad; currículo; identidad; equidad.

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista tem se consolidado como campo de reflexão e prática pedagógica fundamental para enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Estudos recentes destacam o papel do ensino de História na construção de uma consciência crítica capaz de problematizar narrativas hegemônicas e valorizar identidades historicamente marginalizadas. Lima (2022) evidencia que o ensino de História, quando orientado por uma perspectiva antirracista, contribui para a formação de sujeitos conscientes de sua inserção social e cultural.

Mariano (2024) aponta que práticas pedagógicas que incorporam linguagens diversas, como o cinema indígena, ampliam a compreensão dos estudantes sobre a pluralidade histórica. Freitas, Couto e Campos (2023) reforçam que a democratização do ensino da História afro-brasileira constitui instrumento essencial para a promoção da equidade. Nesse contexto, a motivação da pesquisa esteve em compreender como o ensino de História pode ser mobilizado para transformar práticas escolares e enfrentar o racismo.

O problema central residiu na insuficiente efetivação das legislações que determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, o que conduz à seguinte questão: de que modo o ensino de História pode consolidar uma prática pedagógica antirracista e transformadora?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as potencialidades do ensino de História na consolidação de uma educação antirracista. Como objetivos específicos, buscou-se identificar estratégias pedagógicas que favorecessem a valorização da diversidade cultural, compreender os limites e desafios da implementação das legislações educacionais e discutir metodologias capazes de ampliar a consciência crítica dos estudantes. A relevância da investigação se estendeu a diferentes campos: na educação, contribuiu para fortalecer a formação docente e orientar práticas pedagógicas; na área social, ofereceu subsídios para a construção de

relações mais equitativas; e no campo acadêmico, ampliou o debate sobre a função da escola como espaço de resistência e transformação.

A metodologia adotada foi bibliográfica, documental e observacional, articulando referenciais teóricos, análise de documentos legais e observação de práticas escolares. Essa abordagem permitiu compreender tanto os fundamentos conceituais da educação antirracista quanto sua aplicação em contextos reais de ensino. A combinação dessas estratégias possibilitou identificar avanços, desafios e perspectivas para a consolidação de práticas pedagógicas transformadoras no ensino de História.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A produção acadêmica recente tem destacado a relevância da educação antirracista como prática pedagógica transformadora. Almeida, Souza e Ribeiro (2024) enfatizam que a escola deve ser compreendida como espaço de libertação, capaz de enfrentar o racismo estrutural por meio de metodologias críticas e inclusivas. Essa perspectiva dialoga diretamente com as legislações brasileiras, como a Lei nº 10.639/2003 Brasil (2003) e a Lei nº 11.645/2008 Brasil (2008), que instituíram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, representando marcos fundamentais para a consolidação de práticas antirracistas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Brasil (2004) ampliaram esse debate ao estabelecer parâmetros para a educação das relações étnico-raciais, orientando escolas e professores na implementação de conteúdos que valorizem a diversidade cultural. Gomes e Sousa (2024) reforçam essa perspectiva ao analisar o uso do cinema indígena como recurso pedagógico, demonstrando que linguagens artísticas podem potencializar a compreensão crítica dos estudantes sobre a pluralidade histórica. Nesse sentido, Mariano (2024) também evidencia que o ensino de História, articulado a práticas culturais diversas, contribui para a construção de uma educação antirracista mais efetiva e contextualizada.

A literatura aponta ainda para a importância da luta social como elemento formador da prática pedagógica. Lima (2022) destaca que o ensino de História forjado na luta antirracista possui potencial educador, pois mobiliza memórias e experiências coletivas que fortalecem a consciência crítica. Militão (2021) complementa ao afirmar que a perspectiva antirracista no ensino de História exige revisão curricular e metodológica, de modo a superar narrativas eurocêntricas. Munanga (2005), em obra clássica, já alertava para a necessidade de superar o racismo na escola, indicando que a educação deve ser instrumento de transformação social e de valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Outros estudos recentes reforçam a democratização do ensino como caminho para práticas antirracistas. Santos Freitas, Couto e Campos (2023) analisam a inserção da História afro-brasileira como meio de ampliar a equidade educacional. Sousa (2024) evidencia que a literatura negro-brasileira pode ser articulada ao currículo escolar como estratégia de valorização cultural. O relatório da Unesco (2024) confirma a relevância internacional dessas práticas, destacando que a educação antirracista fortalece a democracia e promove sociedades mais justas. Assim, a revisão de literatura demonstra que o ensino de História, aliado a políticas públicas e práticas pedagógicas críticas, constitui eixo central para a transformação educacional.

2.1 Legislação e diretrizes para a educação antirracista

A consolidação da educação antirracista no Brasil encontra respaldo em marcos legais que orientam o currículo escolar. A Lei nº 10.639/2003 Brasil (2003) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, representando um avanço significativo na valorização das identidades negras. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 Brasil (2008) ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também a cultura indígena, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural e histórica presente na formação da sociedade brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Brasil (2004) complementam esse processo ao fornecer parâmetros para a implementação da educação das relações étnico-raciais. Essas diretrizes orientam escolas e professores na construção de práticas pedagógicas que superassem estereótipos e preconceitos, promovendo uma abordagem crítica e inclusiva. Munanga (2005) já destacava que superar o racismo na escola exigia não apenas mudanças legais, mas também transformações metodológicas e curriculares capazes de modificar a forma como a História era ensinada.

O relatório da Unesco (2024) reforçou a relevância internacional dessas políticas ao destacar que a educação antirracista fortalece a democracia e promove sociedades mais justas. Nesse sentido, a legislação e as diretrizes brasileiras dialogam com compromissos globais de equidade e inclusão. Santos Freitas, Couto e Campos (2023) acrescentam que a democratização do ensino da História afro-brasileira constitui um caminho para ampliar a consciência crítica dos estudantes, tornando a escola um espaço de resistência e transformação social.

2.2 Práticas pedagógicas e produção acadêmica

A literatura recente evidencia que práticas pedagógicas antirracistas no ensino de História são fundamentais para consolidar os avanços legais. Almeida, Souza e Ribeiro (2024) defendem que a escola deve ser compreendida como espaço de libertação, capaz de enfrentar o racismo estrutural por meio de metodologias críticas. Militão (2021) complementa ao afirmar que a perspectiva antirracista exige revisão curricular e metodológica, superando narrativas eurocêntricas e valorizando experiências históricas de grupos marginalizados.

Lima (2022) destaca que o ensino de História forjado na luta antirracista mobiliza memórias coletivas e fortalece a consciência crítica dos estudantes. Mariano (2024) acrescenta que o uso de linguagens culturais, como o cinema indígena, amplia a compreensão da pluralidade histórica e contribui para práticas pedagógicas contextualizadas. Gomes e Sousa (2024) reforçam essa perspectiva

ao demonstrar que recursos artísticos podem ser utilizados para promover uma educação antirracista mais efetiva e significativa.

Sousa (2024) evidencia que a literatura negro-brasileira, quando articulada ao currículo escolar, constitui estratégia de valorização cultural e fortalecimento da identidade dos estudantes. Essas práticas dialogam com os marcos legais e com as diretrizes nacionais, demonstrando que a educação antirracista não se limita à inclusão de conteúdos, mas envolve metodologias participativas e críticas. Nesse contexto, a produção acadêmica recente confirma que o ensino de História é um eixo central para a transformação educacional e social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em três eixos metodológicos: bibliográfico, documental e observacional. A etapa bibliográfica consistiu na análise de livros, artigos e dissertações que discutem a educação antirracista e o ensino de História, permitindo construir um referencial teórico sólido. Já a pesquisa documental concentrou-se em legislações e diretrizes, como a Lei nº 10.639/2003 Brasil (2003), a Lei nº 11.645/2008 Brasil (2008) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Brasil (2004), além de relatórios internacionais como o da Unesco (2024).

A dimensão observacional buscou compreender como esses referenciais teóricos e normativos se materializam em práticas escolares. Foram observados contextos educativos em que o ensino de História se articula com a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, identificando avanços, desafios e lacunas na implementação das políticas educacionais. Essa etapa possibilitou relacionar teoria e prática, evidenciando como professores e instituições mobilizam estratégias pedagógicas para enfrentar o racismo estrutural. A integração das três abordagens garantiu uma análise ampla e consistente, articulando fundamentos conceituais, normativos e empíricos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados desta pesquisa busca evidenciar como o ensino de História pode se consolidar como prática pedagógica antirracista, articulando fundamentos teóricos, documentos legais e observações realizadas em contextos escolares. A partir da investigação bibliográfica, documental e observacional, foi possível identificar avanços e desafios na implementação das políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, os subitens a seguir organizam os principais achados, permitindo compreender de forma sistemática as contribuições e limitações das práticas analisadas.

4.1 Valorização da diversidade cultural no ensino de história

A valorização da diversidade cultural no ensino de História constitui elemento central para a construção de uma educação antirracista. Almeida, Souza e Ribeiro (2024) destacam que práticas pedagógicas libertadoras devem reconhecer as múltiplas identidades presentes na sala de aula, promovendo o respeito às diferenças e a inclusão de narrativas historicamente silenciadas. Essa perspectiva amplia a compreensão dos estudantes sobre a pluralidade cultural brasileira, permitindo que o ensino de História se torne espaço de resistência e transformação social frente ao racismo estrutural.

As legislações brasileiras reforçam essa necessidade ao instituírem a obrigatoriedade da temática afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. A Lei nº 10.639/2003 Brasil (2003) e a Lei nº 11.645/2008 Brasil (2008) representam marcos fundamentais para garantir que a diversidade cultural seja contemplada no processo educativo. Essas normativas não apenas ampliam o conteúdo curricular, mas também orientam práticas pedagógicas que valorizem identidades historicamente marginalizadas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua inserção social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Brasil (2004) complementam esse processo ao fornecer parâmetros para a educação das relações étnico-raciais.

Munanga (2005) já alertava que superar o racismo na escola exige não apenas mudanças legais, mas também metodológicas, capazes de transformar a forma como a História é ensinada. Nesse sentido, a valorização da diversidade cultural implica revisar narrativas eurocêntricas e incluir perspectivas afro-brasileiras e indígenas, promovendo uma abordagem mais plural e representativa da realidade histórica nacional.

A produção acadêmica recente também evidencia a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural. Lima (2022) ressalta que o ensino de História forjado na luta antirracista mobiliza memórias coletivas e fortalece a consciência crítica dos estudantes. Mariano (2024) acrescenta que o uso de linguagens culturais, como o cinema indígena, amplia a compreensão da pluralidade histórica e contribui para práticas pedagógicas contextualizadas. Essas abordagens demonstram que a diversidade cultural deve ser incorporada de forma dinâmica e significativa no processo educativo.

O relatório da Unesco (2024) confirma a relevância internacional da valorização da diversidade cultural na educação, destacando que práticas antirracistas fortalecem a democracia e promovem sociedades mais justas. Santos Freitas, Couto e Campos (2023) reforçam que a democratização do ensino da História afro-brasileira amplia a consciência crítica dos estudantes e fortalece a equidade educacional. Assim, a valorização da diversidade cultural no ensino de História não se limita à inclusão de conteúdos, mas envolve metodologias participativas que transformam a escola em espaço de resistência e emancipação.

4.2 Estratégias pedagógicas para a consolidação da educação antirracista

A consolidação da educação antirracista exige estratégias pedagógicas que ultrapassem a simples inclusão de conteúdos no currículo. Almeida, Souza e Ribeiro (2024) defendem que práticas libertadoras devem ser construídas a partir de metodologias críticas, capazes de promover o protagonismo dos estudantes e estimular reflexões sobre desigualdades sociais. Militão (2021) acrescenta que o ensino de História numa perspectiva antirracista demanda revisão das narrativas

tradicionais, valorizando experiências afro-brasileiras e indígenas como parte essencial da formação cidadã e da construção de uma consciência crítica.

Lima (2022) destaca que estratégias pedagógicas baseadas na luta antirracista mobilizam memórias coletivas e experiências históricas, fortalecendo o engajamento dos estudantes. Essas práticas permitem que o ensino de História seja compreendido como instrumento de resistência e transformação social. Mariano (2024) reforça essa perspectiva ao demonstrar que o uso de linguagens culturais, como o cinema indígena, amplia a compreensão da pluralidade histórica e possibilita metodologias inovadoras que dialogam com a realidade dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo.

Gomes e Sousa (2024) evidenciam que o cinema indígena, quando utilizado em sala de aula, promove reflexões sobre diversidade cultural e contribui para práticas pedagógicas antirracistas. Essa estratégia amplia o repertório dos estudantes e fortalece a valorização das identidades historicamente marginalizadas. Sousa (2024) complementa ao afirmar que a literatura negro-brasileira pode ser incorporada ao currículo como recurso pedagógico, estimulando o reconhecimento das contribuições culturais e sociais da população negra e fortalecendo a construção de uma educação plural e inclusiva.

Santos Freitas, Couto e Campos (2023) ressaltam que a democratização do ensino da História afro-brasileira constitui uma estratégia pedagógica essencial para ampliar a equidade educacional. Munanga (2005), em obra clássica, já alertava que superar o racismo na escola exige práticas pedagógicas que promovam a valorização das diferenças e combatam estereótipos. Nesse sentido, estratégias que envolvem metodologias participativas e críticas tornam-se fundamentais para consolidar uma educação antirracista efetiva e transformadora.

O relatório da Unesco (2024) confirma que estratégias pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural e ao enfrentamento do racismo fortalecem a democracia e promovem sociedades mais justas. Essas práticas, articuladas às legislações brasileiras Brasil (2003; 2008; 2004), demonstram que a

consolidação da educação antirracista depende da integração entre políticas públicas e metodologias escolares. Assim, o ensino de História, aliado a estratégias pedagógicas inovadoras, constitui eixo central para a construção de uma escola comprometida com a equidade e a justiça social.

4.3 Discussão e resultados

A análise realizada demonstra que a valorização da diversidade cultural no ensino de História é um eixo central para práticas pedagógicas antirracistas. Almeida, Souza e Ribeiro (2024) defendem uma escola libertadora, enquanto Militão (2021) enfatiza a necessidade de revisão curricular. Ambos convergem com os achados desta pesquisa, que identificaram práticas escolares ainda limitadas pela permanência de narrativas eurocêntricas. Nesse sentido, a investigação confirma que a efetivação de metodologias críticas é essencial para superar desigualdades e consolidar uma educação inclusiva.

As legislações brasileiras, como a Lei nº 10.639/2003 Brasil (2003) e a Lei nº 11.645/2008 Brasil (2008), constituem marcos fundamentais para a obrigatoriedade da temática afro-brasileira e indígena. Contudo, a pesquisa observacional revelou que sua implementação ainda enfrenta desafios, corroborando as análises de Munanga (2005), que já alertava para a necessidade de mudanças metodológicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais Brasil (2004) oferecem parâmetros, mas sua aplicação prática depende da formação docente, aspecto que se mostrou fragilizado nos contextos investigados.

A produção acadêmica recente reforça a importância de metodologias inovadoras. Lima (2022) destaca o ensino de História forjado na luta, enquanto Mariano (2024) e Gomes e Sousa (2024) evidenciam o potencial do cinema indígena como recurso pedagógico. Comparados aos resultados desta pesquisa, esses estudos confirmam que práticas culturais ampliam a compreensão crítica dos estudantes. Entretanto, observou-se que tais estratégias ainda são pouco utilizadas nas escolas, revelando a necessidade de maior investimento em formação e incentivo ao uso de linguagens diversas no processo educativo.

Sousa (2024) aponta a literatura negro-brasileira como estratégia pedagógica, e Santos Freitas, Couto e Campos (2023) defendem a democratização do ensino da História afro-brasileira. Esses autores convergem com os achados desta pesquisa, que identificaram a relevância de práticas que valorizem identidades historicamente marginalizadas. No entanto, verificou-se que a aplicação dessas estratégias ainda é pontual, o que limita seu impacto. A pesquisa confirma que a consolidação da educação antirracista exige maior sistematização e continuidade das práticas pedagógicas voltadas à diversidade cultural.

O relatório da Unesco (2024) reforça que práticas antirracistas fortalecem a democracia e promovem sociedades mais justas. Comparado aos resultados desta investigação, observa-se que o Brasil possui avanços normativos significativos, mas enfrenta dificuldades na efetivação prática. A pesquisa documental e observacional confirma que, embora exista um arcabouço legal robusto, sua aplicação depende de estratégias pedagógicas consistentes e da formação docente. Assim, a discussão evidencia que a consolidação da educação antirracista no ensino de História requer articulação entre políticas públicas, práticas escolares e engajamento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que o ensino de História pode se consolidar como prática pedagógica antirracista ao valorizar a diversidade cultural e promover metodologias críticas. A análise bibliográfica, documental e observacional demonstrou que, embora haja avanços normativos e teóricos, ainda existem desafios na efetivação prática dessas políticas. O estudo confirmou que a escola, quando orientada por estratégias inclusivas, torna-se espaço de resistência e transformação social, capaz de enfrentar o racismo estrutural e fortalecer a consciência crítica dos estudantes.

Os resultados mostraram que práticas pedagógicas inovadoras, como o uso do cinema indígena e da literatura negro-brasileira, ampliam a compreensão da pluralidade histórica e contribuem para a construção de uma educação mais justa.

Contudo, verificou-se que tais estratégias ainda são pouco difundidas, o que limita seu impacto. A pesquisa reforçou a necessidade de maior investimento em formação docente e em políticas educacionais que garantam a sistematização e continuidade das práticas voltadas à valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Como perspectivas futuras, destaca-se a importância de ampliar estudos empíricos que investiguem a aplicação das metodologias antirracistas em diferentes contextos escolares. Também se torna relevante desenvolver programas de formação continuada para professores, incentivando o uso de linguagens culturais diversas no ensino de História. Além disso, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas que assegurem a efetiva implementação das legislações existentes. Dessa forma, a educação antirracista poderá avançar de forma consistente, contribuindo para sociedades mais equitativas e para a consolidação da democracia.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Alves de; SOUZA, Mariana Aranha de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Educação antirracista como prática libertadora*. Taubaté: EdUNITAU, 2024. Disponível em: <https://mpe.unitau.br/wp-content/uploads/repositorio/produtos-tecnicos/Educacao-Antirracista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.sineperio.org.br/arquivos/educacaofundamental/LEI_FED10639_03.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/10/docs/lei_no_11.645,_de_10_marco_de_2008.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/12/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

GOMES, Janine Monteiro Moreira Bonanno; SOUSA, Ana Lúcia Nunes de. *Reimaginando a sala de aula: cinema indígena e temas contemporâneos transversais na promoção de uma educação antirracista*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2024. Artigo (Revista Diversidade e Educação). Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/18651/11942/73268>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LIMA, Thayara Cristine Silva de. *Ensino de História forjado na luta: a cultura de luta antirracista e seu potencial educador*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Tese (Doutorado em Educação). Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2022/tThayara%20Cristine%20Silva%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARIANO, Camila Amorim. *Educação antirracista e cinema indígena: desafios e possibilidades no ensino de História*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino). Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/921766/2/DISSERT_Camila_Amorim-24.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

MILITÃO, Beatriz Sogas Moreira. *O ensino de História numa perspectiva antirracista*. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PRO-História). Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15762>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SANTOS FREITAS, Karolayne Nunes dos; COUTO, Gabriel Donato Ramos; CAMPOS, Pablo Kristian Trindade. *A democratização do ensino de História afro-brasileira como meio para a educação antirracista*. Centro Universitário UniFG; Universidade de Passo Fundo, 2023. Trabalho apresentado em Seminário de Educação. Disponível em: <https://www.campusxii.uneb.br/seminariodeeducacao/public/files/590.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SOUSA, Thaís Gabrielly Fernandes. *A educação antirracista a partir da literatura negro-brasileira: interlocuções entre Becos da memória e as disciplinas do Novo Ensino Médio*. Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921766>. Acesso em: 20 nov. 2025.

UNESCO. *Relatório anual da UNESCO no Brasil, 2023*. Brasília: Escritório da UNESCO no Brasil, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390392>. Acesso em: 28 nov. 2025.